



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

ASSISTENTE SOCIAL, CONCEPÇÕES E O TRABALHO COM EVASÃO, EXPULSÃO E O FICAR ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

CRISTIANO COSTA DE CARVALHO¹

NIVIA BARRETO DOS ANJOS²

ELIANA BOLORINO CANTEIRO MARTINS³

RESUMO:

Estudo sobre o fenômeno de evasão e expulsão escolar na educação básica e estratégias para o 'ficar estudantil' a partir do pensamento de Paulo Freire e Vicenti Tinto. Dialoga com as contribuições, habilidades e competências de assistentes sociais. Recorreu a pesquisa bibliográfica, documental e análise de experiências profissionais. Aponta educação em Direitos Humanos como recurso metodológico.

Palavras-chave: Ficar Estudantil, Educação básica; Assistente social; Diversidade; Expulsão escolar.

ABSTRACT:

Study on the phenomenon of school dropout and expulsion in basic education and strategies for 'staying a student' based on the thinking of Paulo Freire and Vicenti Tinto. Dialogues with the contributions, skills and competencies of social workers. It used bibliographical and documentary research and analysis of professional experiences. It points to education in Human Rights as a methodological resource.

Keywords: Staying as a Student, Basic Education; Social worker; Diversity; School expulsion.

INTRODUÇÃO

Acho que o papel de um educador conscientemente progressista é testemunhar a seus alunos, constantemente, sua competência, amorosidade, sua clareza política, a coerência

¹ Universidade Estadual Paulista

² Instituto Universitário de Lisboa - Portugal

³ Universidade Estadual Paulista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entre o que diz e o que faz, sua tolerância, isto é, sua possibilidade de conviver com os diferentes para lutar contra os antagônicos. É estimular a dúvida, a crítica, a curiosidade, a pergunta, o gosto do risco, a aventura de criar (Freire, 2021 a, p. 109).

Recentemente um debate de internet, especificamente pelo Instagram no perfil da “agência@contente.vc” problematizou a evasão escolar no Brasil a partir da seguinte questão: “por que os adolescentes sonham mais em virar *influencer* e divulgar casa de apostas do que ter uma profissão?”

Essa problematização gerou um intenso debate na *internet* a partir de dados copilados pela agência, especialmente por destacar que adolescentes matriculados no ensino médio caracterizam a etapa com a maior taxa de repetência e evasão, com 3,9% e 5,9%, respectivamente. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, “8,8 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos não terminaram o ensino médio e não frequentaram nenhuma instituição de educação básica”. Essas estatísticas certamente demonstram a imperiosa necessidade de problematizar as direções e perspectivas do projeto educacional atual, especificamente para o ensino médio. Neste sentido, destacamos a contribuição de Lessa (2022) que, em seus estudos, fundamentados em um viés crítico e com densidade teórica, identifica que “as construções de formações aligeiradas, frágeis e ao mesmo tempo a transferência de recursos públicos para um fortalecido mercado de instituições formadoras privadas” (Lessa, 2022, p. 109), de forma específica para os cursos técnicos impactam na qualidade da formação profissional destinada aos jovens.

O debate sobre a descaracterização de educação enquanto um direito e elemento essencial da formação humana e ser inserida como uma mercadoria qualquer não é recente, no entanto, evidencia o lugar que a educação passou a ocupar no país, pois adolescentes e jovens, conseguem identificar as fragilidades deste projeto e insuficiência para formar competências e por vez seduzido ao imaginário da vida de luxo e fácil, e os encantos que a internet pode oferecer, já que a educação formal tem distanciado de qualquer tipo e possibilidade de ascensão social.

Pela rede social, a “agência @contente.vc” acrescenta: “Essas pessoas também se encontram nas maiores taxas de desemprego, informalidade e nos salários mais baixos do país”. [...] A falta de educação formal não só limita as oportunidades de emprego, mas também perpetua o ciclo de pobreza e exclusão social”.

O debate dialoga com uma outra pesquisa realizada pela *startup* INFLR ao afirmar que no ano de 2022 “75% dos jovens brasileiros sonham em ser influenciadores digitais”. Analisando o mesmo estudo, Vinícius de Andrade (2024), jornalista e colunista do DW Brasil afirma que “Os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dados mostraram que havia duas grandes motivações, para 75% dos entrevistados a escolha envolvia ser uma voz relevante e inspirar outras pessoas e para 64%, era o interesse financeiro”.

Na mesma discussão promovida na rede social busca possíveis explicações sobre a evasão escolar, fenômeno que perpassa entre vários motivos, pelo distanciamento da realidade para crianças e adolescentes em ter um projeto de vida ou mesmo pela busca de inspiração nas instituições, trabalho e profissões, um dos argumentos apresentados destaca:

O sonho pelos números no digital vem acompanhado do abandono e do descrédito na educação. A desaceleração da mobilidade social (que diz respeito à ascensão econômica e à ascensão financeira) faz com que as pessoas, sobretudo aquelas com menos acessos, sejam convencidas a desacreditar em uma série de instituições: no Estado, nas escolas, no mercado de trabalho. As escolas são as primeiras a sofrer esses ataques porque, por via de regra, têm uma formação mais longa, e o aluno demora a “colher” os resultados (CONTENTE.VC).

As problematizações deste debate no universo *on-line* proporcionam aproximações com as formulações de Adorno e Horkheimer (1985), ao afirmar que em fins dos anos de 1940, denunciaram que toda a *práxis* da indústria cultural transfere a motivação do lucro às criações espirituais, sendo que o vento que arrasta para a cultura é o vento do lucro capitalista.

Esse é um debate que perpassa a educação básica no Brasil e passa ser de interesse direto de assistente sociais e psicólogas/os, especialmente após a implementação (em curso) da Lei 13.935/2019⁴. Estamos falando da demanda socioprofissional pelo ‘ficar estudantil’. Sendo este um tema dotado de relevância no momento histórico em que vivemos e tem sido demandado como uma atribuição para profissionais do Serviço Social ao ingressar e ser reconhecido como profissional da educação.

Neste sentido, o presente artigo, terá como foco o trabalho de assistentes sociais frente a este fenômeno, escrito como um ensaio teórico objetiva problematizar, pensar e refletir as contribuições do Serviço Social no enfrentamento da **expulsão escolar** (termo utilizado pelo educador Paulo Freire em contraste a expressão evasão escolar), dessa forma, propõe aspectos metodológicos para subsidiar o agir profissional pautando a necessidade um(a) profissional e educador(a) que demonstre: 1) competência teórica; 2) amorosidade; 3) clareza política; 4) coerência prática; 5) reconhecimento da diversidade social, étnico racial, cultural, sexual e de gênero e temas emergentes na sociabilidade capitalista que tem afetado o ambiente e todos os sujeitos envolvidos na comunidade escolar.

⁴ A Lei 13.935/2019 determina que escolas da rede básica de ensino público devem ter psicólogos e assistentes sociais em seus quadros.

Este artigo retrata sobre o respeito as diversidades e a leitura crítica da realidade como instrumento que possibilita construir estratégias em torno do ‘ficar estudantil’, destacado as contribuições do Serviço Social na luta pela defesa dos direitos humanos dos(as) estudantes como valor ético político da profissão.

Nessa trilha, apresenta a pergunta de partida: *O(a) Assistente Social na educação tem possibilidade de desenvolver uma prática embasada em uma competência teórica, coerência prática e clareza política que o (a) direcione para uma intervenção perpassada pela amorosidade e pelo reconhecimento da diversidade social, étnico racial, cultural, sexual e de gênero dos(as) estudantes?*

Para responder essa pergunta, traz como indicador a importância do respeito pela diversidade na intervenção profissional, um olhar crítico sobre as transformações societárias visando a garantia dos direitos humanos da comunidade estudantil e a sua permanência na escola. E como objetivos específicos: a) retratar sobre a expulsão escolar como uma das consequências da perversidade do sistema capitalista; b) abordar sobre a permanência escolar como uma busca institucional pelo processo do ficar do estudante na escola; c) entender a intervenção do assistente social como espaço de amorosidade e de reconhecimento da diversidade social, étnico racial, cultural, sexual e de gênero da comunidade estudantil.

A metodologia aplicada neste artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica, como também na experiência profissional dos autores na educação, ao atuarem com a busca pelo ficar estudantil de forma amorosa e respeitosa, primando pelo reconhecimento da diversidade. Convém ressaltar que o ato de escrever para Paulo Freire é “como um exercício epistemológico ou como uma tarefa eminentemente política, além de um gosto, um dever” (Ana Maria Freire, 2022, p. 11). Neste mesmo sentido, os autores desse artigo compreendem a responsabilidade social na escrita deste ensaio teórico-prático.

Nas considerações finais, o artigo destaca a necessidade da interpretação permanente das categorias teóricas: permanência estudantil e intervenção focada no reconhecimento da diversidade, análise e crítica da realidade serem uma constante no Serviço Social na educação.

Acredita-se que este artigo seja relevante, pois aborda um tema de extrema importância para a intervenção do assistente social na educação e para o fortalecimento do ficar estudantil, em contraposição à expulsão escolar.

Desta forma, os autores convidam os leitores para adentrarem no “sonho” freiriano de uma educação libertadora, no qual a/o assistente social possa contribuir demonstrando competência



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

teórica, clareza política e coerência prática. Desta forma, se faz necessário reconhecer neste fenômeno social e educacional – a evasão escolar – as dimensões históricas, sociais, culturais, cognitivas e afetivas. Neste sentido a organização do método didático que parta da contextualização da realidade social dos estudantes é primordial. É justamente nesta direção a reflexão proposta neste texto.

DESENVOLVIMENTO

1. Expulsão Escolar na Perspectiva de Paulo Freire

Paulo Freire (2019) sempre procurou expressar a sua responsabilidade ética e política diante das injustiças sociais. E neste sentido ele afirma que “um dos problemas cruciais da educação brasileira – a erroneamente chamada *evasão escolar*, pois que é, no fundo, expulsão escolar, é fundamentalmente político-ideológico (p. 81 – grifo nosso). Para o estudioso, a escola muitas vezes apresenta um descaso pela identidade cultural do estudante, e isto reflete na sua permanência.

Por isso mesmo é que lutar contra a exploração, contra a discriminação, contra a negação de nós mesmos é um imperativo ético. Discriminados porque negros, discriminadas porque mulheres, discriminados porque homossexuais, ou trabalhadores ou brasileiros ou árabes ou judeus, não importa porque discriminados, temos o dever de lutar e protestar contra a discriminação. A discriminação nos ofende enquanto fere a substantividade do nosso ser (Freire, 2019, p. 121).

Nesta perspectiva, Freire (2019) lembra que o capitalismo chega a mostrar a falta de sensibilidade com a dimensão ética da existência de homens e mulheres. E as constantes revoluções tecnológicas acabaram por desnudar o sistema comandado pelo capital, visto que “forçaram-no a expor sua maldade – milhões de gentes morrendo de fome cara a cara com a riqueza” (p.122). O processo de “constantes revoluções tecnológicas” perpassa toda a sociedade e a comunidade escolar não fica isenta, um processo complexo de reificação, em que a mercadoria e o capital passam a sobrepor a essência da pessoa humana e tudo vira mercadoria altamente descartável e supérfluo.

E são exatamente esses os estudantes que são expulsos da escola. Trilhando esse mesmo pensamento, Silva (2024) ressalta que a permanência do estudante no meio escolar requer a compreensão da sua inserção em um sistema cheio de contradições, no qual são

perceptíveis “as expressões de situações concretas de desigualdade, opressão, racismo, xenofobia, machismo, etarismo, transfobia, aporofobia e tantas outras” (p. 211).

Por isso, Freire (2021 b) afirma que sonhar com uma escola “cujos conteúdos programáticos correspondam à ansiedade dos educandos [...] em que os educandos exercitem o direito de ser sujeitos (p. 41). Essa escola não expulsa, ela trabalha no sentido do ficar estudantil.

Todavia Freire (2023) lembra que infelizmente a conjunção adversativa, **mas** se faz presente no meio escolar impactando o processo de permanência estudantil. “Maria é uma excelente jovem. É negra **mas** é muito inteligente” (p. 40). Essa fala racista e discriminatória precisa ser extirpada das escolas que priorizam o ficar estudantil. Por isso, o autor lembra que não se pode “negar o peso da classe nem da cor da pele nem tampouco do sexo na luta” (p.111). Mas Freire ressalta que “O sexo só não explica tudo, a raça só, tampouco a classe só, igualmente” (p.111) e neste sentido ele destaca a necessidade da unidade na diversidade.

Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais “redondo”, menos arestoso, mais humanos, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade (Freire, 2023, p. 42).

Quando Freire se reporta a essa utopia da Unidade na Diversidade ele a compreende como um sonho possível, difícil, porém possível. E o assistente Social ao atuar na Educação precisa possuir competência teórica, coerência prática e clareza política para participar desse sonho possível, que irá refletir no ficar estudantil como forma de enfrentamento da expulsão escolar.

O primeiro autor deste artigo em sua prática docente tem desenvolvido projetos no sentido de enfrentamento da expulsão escolar e do fortalecimento da luta pelo ficar estudantil, principalmente na disciplina de Estágio Supervisionado e na supervisão de projetos em escolas pública de educação básica⁵. Na Universidade, no âmbito da formação profissional em Serviço Social, diversas provocações começam a aparecer como consequência do processo de implantação da 13.935/2019, especialmente por parte de discentes que realizam o estágio supervisionado em escolas.

É perceptível que desde a retomada das atividades presenciais na educação pós pandemia do COVID-19, a expulsão escolar intensificou. Tem sido um esforço coletivo na busca

⁵ Algumas destas reflexões podem ser encontradas em Carvalho e Martins (2024).

de referenciais e formulações teórica e metodológica com o objetivo de mitigar e assegurar a permanência de crianças, jovens e adultos na sala de aula.

Esta provocação começou a fazer parte dos momentos de supervisão, em que gestores e profissionais da educação tem encarado um número exponencial de “evasão” e demandado da Universidade uma melhor compressão de aspectos relacionados ao fenômeno. Desde então, temos assumido o desafio de formação e práticas com o foco no ficar estudantil para rede municipal de educação básica.

A segunda autora deste artigo atua na Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Estado da Bahia e precisa trabalhar com o enfrentando de episódios em que o preconceito fala mais alto do que o respeito pelo direito do estudante, principalmente quando se trata de situação de estudantes transgêneros.

A instituição de ensino em que ela desenvolve sua prática profissional fica localizada em uma cidade de pequeno porte e muitos estudantes são oriundos da zona rural. Um estudante ingressou na escola com 14 anos e ficou alojado na Residência Estudantil masculina. No decorrer do curso ocorreu a sua transição de gênero e os enfrentamentos que esta estudante passou a ter na instituição foram muitas vezes discriminatórios e até desumanos. Mas ela recebeu todo o apoio pedagógico, social e psicológico.

Com muita luta, passo a passo, ela acabou conquistando seu espaço na escola, chegando a ingressar no curso de Licenciatura em Biologia na própria instituição de ensino, após concluir o ensino médio integrado. Algumas vezes a comunidade estudantil tentou expulsá-la de forma indireta, mas a equipe interdisciplinar e o próprio movimento estudantil, do qual ela fazia parte, foram parceiros no ficar desta estudante transgênero. Atualmente ela cursa Medicina em um Universidade Federal.

Estas duas experiências no âmbito da formação e do exercício profissional em Serviço Social se encontram a partir da denominada evasão escolar na política de educação brasileira e historicamente se faz presente na sua trajetória, na maior parte do tempo, assumindo diferentes envergaduras em cada nível de ensino. Contudo, a polissemia da expressão evasão escolar, que recebe diferentes significados precisa ser avaliada, conforme abordaremos resumidamente a seguir apresentando alguns autores que apresentam estudos, pesquisa, análises teóricas referentes a este fenômeno. Destacamos ainda que esta mesma indefinição paira nos órgãos oficiais que auferem a evasão escolar, em níveis de ensino específicos, como por exemplo o

Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (INEP) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Desta forma, utilizaremos uma fonte secundária, ou seja, a pesquisa bibliográfica realizada por Vitória e Santos e publicada em artigo científico, autores Silva Filho e Araujo, em 2017, trazendo algumas concepções de evasão escolar, com intuito de demonstrar o quão é necessário o aprofundamento teórico sobre esta temática que está sendo provocado, nos limites deste texto justamente para acusar o interesse em aprofundar as análises críticas sobre esta expressão da questão social – a evasão escolar. Inicialmente destacamos as concepções da evasão escolar identificadas na pesquisa mencionada:

Para Ribeiro (1991), em seus estudos identificou que a evasão escolar era atribuída aos alunos a responsabilidade pelo seu fracasso na escola e que a repetência nas quatro primeiras séries (educação básica) era tão grande que os educandos acabavam por abandonar a instituição escolar.

De acordo com Rumberger (1995) a evasão é um processo muito complexo, dinâmico e cumulativo de saída do estudante do espaço da vida escolar. A fuga da escola é somente o estágio final desse processo. A posição deste estudioso sedimenta-se na compreensão que a evasão escolar está composta por um conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais. Este posicionamento é corroborado por Dourados (2005) ao argumentar que a evasão escolar “resulta de processos sociais mais amplos e que têm sido reforçados no cotidiano escolar por meio de práticas e ações pedagógicas e pelas formas de organização e gestão da educação básica” (Dourado, 2005, p. 11). Ainda segundo Dourado (2005):

Todas essas questões se articulam às condições objetivas da população, em um país historicamente demarcado por forte desigualdade social, que se caracteriza pela apresentação de indicadores sociais preocupantes e, que nesse sentido, carece de amplas políticas públicas incluindo, nesse processo, a garantia de otimização nas políticas de acesso, permanência e gestão com qualidade social na educação básica (Dourados, 2005, p. 5).

Enfim, pelas duas experiências brevemente apresentadas, defendemos que a evasão escolar ou abandono escolar precisa ser analisada na perspectiva da totalidade, e de forma interdisciplinar e pelo viés da interseccionalidade, considerando que está envolto em uma multiplicidade de fatores, subjetivos, objetivos e ainda, interno, externo à escola. Portanto, se faz necessário compreender as mediações que perpassam o fenômeno de forma abrangente que perpassam pela singularidade, particularidade e universalidade.

Destacamos ainda que os fatores externos à escola estão estreitamente relacionados as desigualdades sociais, a inoperância das políticas sociais de proteção social à infância, adolescência e suas famílias. Condição que tem se complexificado principalmente a partir da adoção pelo estado do ideário neoliberal, com o descumprimento por parte do estado com os direitos sociais.

Diante do exposto, é imprescindível que a intervenção do assistente social no ambiente escolar seja pautada pela concepção de uma educação libertadora na qual o reconhecimento e o respeito pela diversidade social, étnica racial, cultural, sexual e de gênero da comunidade estudantil sejam uma constante. E neste sentido, o ficar estudantil na concepção de Vicenti Tinto é fundamental para o Serviço Social.

2. O Ficar Estudantil na concepção de Vicenti Tinto

Para o enfrentamento da expulsão escolar, o ficar estudantil é peça chave. Neste sentido, Carmo, Oliveira e Almeida (2018) apresentam um importante questionamento: “Por que o excesso de trabalhos com foco na evasão, se a permanência escolar é o seu correspondente desejado?” (p. 21). Os autores explicam que na realidade brasileira existem milhares de publicações sobre evasão e termos semelhantes; todavia, “ainda são invisíveis as publicações cuja expressão permanência escolar (e correlatos) se encontra no título” (p. 29). Mas os estudiosos ressaltam que esta realidade não é exclusiva do Brasil e eles destacam o pensamento de Vicent Tinto, professor de Sociologia na Escola de Educação da Universidade de Syracuse, que tem como prioridade ao ficar estudantil e “é taxativo ao lançar dúvidas sobre tomar a evasão como objeto de pesquisa capaz de enfrentar o problema do esvaziamento das salas de aula” (p. 37).

Parece-nos que voltar o olhar para estudantes e professores que se encontram – e permanecem muitas vezes em conflito – regularmente em um espaço socioacadêmico, especialmente a sala de aula, sob o olhar da permanência, pode vir a ser uma descoberta de um novo mundo, mas que sempre ali esteve (Carmo, Oliveira & Almeida, 2018, p. 42).

Com o intuito de tornar acessível o pensamento de Vicent Tinto, O Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação – Nucleape, ligado ao CNPQ, traduziu 18 artigos do estudioso que caminham nesta orientação de priorizar o ficar estudantil, no intuito de construir “uma agenda de pesquisa em torno da permanência como um possível novo paradigma para a educação” (Carmo, Oliveira & Almeida, 2018, p. 42).

Mas Resende (2019) tece uma relevante observação:

Procurar eleger a permanência como objeto sociológico não é suficiente se por permanência o entendimento fica circunscrito a quem sobrevive às vicissitudes da escolarização e continua a estudar, isto é, prossegue ano após ano a renovar sua matrícula. Para se compreender a complexidade sinuosa desses processos temos que ir mais a fundo. (p. 41)

Neste sentido, para o autor a permanência não deve ser percebida como o avesso da ausência, mas como acolhimento, como continuidade do existir. E nesse processo o Serviço Social possui um lugar de destaque, visto que deve acolher com amorosidade o estudante e respeitar a diversidade que perpassa sua trajetória de vida. Desta forma, é preciso partir da compreensão que permanência estudantil, não significa apenas estar na escola, mas sim pertencer a este espaço educacional, o sentimento de pertencimento é essencial para o “ficar” na escola.

Seguindo esta linha de pensamento, Silva (2024) registra que o acesso e a permanência exigem condições materiais e subjetivas. Para a autora, os discentes devem poder “acessar, ser e estar na instituição educacional, que deve garantir que o direito à educação seja condizente com a diversidade cultural, econômica, social e territorial dos estudantes” (p. 210).

E Carmo, Manhaes e Cola (2018) ressaltam que esse acesso não deve ser um fato isolado e sim um processo, pois o ficar estudantil deve percorrer toda a vida estudantil. Até porque de acordo com as percepções de Tinto (1993) as instituições educacionais devem saber discernir como as suas ações impactam as formas de permanência do estudante.

Para Tinto (1993) a nomenclatura “abandono” passou a indicar uma forma de fracasso individual, uma falha do estudante em relação as exigências da vida acadêmica. Por isso, as escolas devem direcionar seu foco no ficar estudantil. No ficar com dignidade e respeito.

Voltando a Freire (2022), as escolas expulsam e este é um problema que tem que ser dialogado.

Em determinado momento o adolescente descobre – e descobre sofredamente – que a escola não bate com as dúvidas dele, que a escola não corresponde às suas ansiedades. E, tanto quanto ele possa, o adolescente deixa a escola. **Até nesses casos eu acho que ele é deixado pela escola.** No fundo a escola não se tornou capaz de evitar que o adolescente não encontrasse nada, nenhum sentido nela (p. 317 – grifo nosso).

Então a escola deve ter como preocupação essencial o ficar, levando o(a) estudante a encontrar um sentido verdadeiro nela, e este deve estar relacionado a um acolhimento permanente, no qual a dignidade humana do estudante seja constantemente elucidada.

3. O trabalho de Assistente Social com a diversidade

O assistente social tem como objeto de intervenção a questão social em suas refrações e que, para serem contempladas em forma de serviços sociais, são fragmentadas em diversas políticas sociais, públicas e privadas.

Considerando o projeto político profissional do serviço social, que foi construído nas últimas décadas e que estão delineados nos principais documentos da profissão, sendo: Diretrizes Curriculares para curso de graduação em Serviço Social (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; na lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Serviço Social trazendo as principais atribuições e competências profissionais e o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), descreve princípios, valores e deveres que orientam a profissão, que podem ser sintetizados na defesa dos direitos humanos e sociais tendo como horizonte a emancipação política e humana.

O Código de Ética profissional, tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (Netto, 1999, p. 104-5).

Iamamoto (1982) afirma que intervenção do assistente social é polarizada por interesses antagônicos:

[...] responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto, participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 75).

O Serviço Social, é uma profissão eminentemente interventiva que atua na prestação de serviços sociais e concomitantemente realiza a dimensão político-pedagógica ou educativa da profissão. Lembrando que educativo – sempre tem uma direção, que pode ser de reprodução, controle, disciplinamento, de adesão a ideologia dominante ou crítico, emancipador - desvelando a dinâmica da sociedade capitalista desocultando as raízes das desigualdades sociais, portanto, com potencial para efetivar atividades educativas emancipadoras (Tonet, 2014).

Ressaltamos ainda que, a formação profissional de assistentes sociais é generalista, que possibilita a realização do trabalho profissional em um amplo espectro de expressões da questão social, em todas as dimensões da vida humana. Para tal, possui um arcabouço de conhecimentos teóricos-metodológicos, técnico-operativos e ético-político, sedimentado no materialismo histórico-dialético, que possibilita ter uma perspectiva de totalidade dos fenômenos sociais com os quais efetivam a intervenção profissional.

Dito isso, concluímos que, pela própria natureza da profissão, o assistente social pode contribuir nas diversas políticas sociais e, aqui no caso específico no âmbito da política de educação, especialmente no processo de compreensão das diversidades humanas estabelecendo o reconhecimento dos segmentos atendidos a partir da gênese e construção histórica que imbricam o econômico-social e político-cultural a partir da interseccionalidade de classe, gênero, raça-etnia.

Na condição de diversidade humana também deve ser incluída as peculiaridades das condições físicas/sensoriais/mentais dos sujeitos, a diversidade cultural, de religiosidade, além das individualidades, que são próprias do ser humano. Salienta-se assim, que o homem é um ser ao mesmo tempo histórico e social, coletivo e individual (Vázquez, 2017). Por conseguinte, os princípios norteadores desta profissão fundamentam-se no reconhecimento do ser social como ser humano genérico e sujeitos de direitos.

Portanto, dentre as várias atribuições e competências que o assistente social pode efetivar no âmbito das instituições pertencentes a política educacional, seja inserido na gestão ou na execução direta de ações com os representantes da comunidade escolar (diretores, coordenadores, professores, funcionários de apoio, estudantes, famílias e o território onde a escola está inserida), destaca-se a efetivação da sua dimensão educativa contribuindo para o aprofundamento do conhecimento sobre diversos aspectos que abrangem a construção de uma consciência crítica, seguindo os procedimentos da educação popular, inspirado no pensamento de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Paulo Freire. Assim, corroboramos com a argumentação de Lessa (2013), ao afirmar que o Assistente Social possui

[...] um importante papel na construção de análises mais totalizantes em torno das expressões da questão social nos espaços educacionais, de modo a problematizar a percepção dos atores que ali atuam e formam sobre a família contemporânea, sobre as condições de aprendizado dos estudantes, suas condições de vida e trabalho, sua percepção sobre a escola e suas condições de permanência (e identificação) neste ambiente (Lessa, 2013, p.115).

Iamamoto (2002) vai destacar que, “mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais (no trabalho coletivo) o assistente social dispõe de **ângulos particulares de observação** na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações” (Iamamoto, 2002, p.41, grifo nosso).

Acreditamos que o trabalho educativo desenvolvido na educação se constitui uma contribuição extremamente significativa para fortalecer a luta dos educadores por uma educação de qualidade socialmente referendada. Este poderá sensibilizar os docentes, gestores para efetivação de uma ação pedagógica dialógica, que possibilite uma articulação, uma troca de saberes e conhecimentos que façam sentido para a vida social dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho está pautado em reflexões que surgem a partir de demandas que estão presentes no âmbito da formação e do exercício profissional de assistente social. Um tema dotado de relevância que tem intensificado para área de Serviço Social a partir da inserção e requisição da profissão na educação básica no Brasil motivada pelo processo de implementação da Lei 13.935/2019.

O fenômeno da ‘evasão escolar’ tem se apresentando como uma preocupação da sociedade de forma em geral e especificamente das políticas educacionais e conseqüentemente uma demanda e desafio para assistentes sociais, sendo uma das principais requisições para este profissional nos espaços sócio-ocupacionais do universo educacional.

Nos limites deste texto, justamente para acusar o interesse em aprofundar as análises críticas sobre esta expressão da questão social – a evasão escolar, faz necessário um afinamento epistemológico e o desenvolvimento de competências teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política e investigativa no seu processo de trabalho para proporcionar um tratamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fundamentado no método materialismo histórico-dialético e com recursos interdisciplinar tendo a interseccionalidade e educação em direitos humanos como suporte metodológico. Este posicionamento é essencial uma vez que o fenômeno aqui tratado está envolto de uma multiplicidade de fatores, subjetivos, objetivos e ainda, interno, externo à escola. Ao adotar este viés, consequentemente estamos refutando as contradições e inconsistências da educação bancária que tem destituído os sentidos da educação como direito e contributo de humanização e solidariedade.

À busca por estratégias aqui apresentadas estão assentadas na concepção freiriana de *expulsão escolar*, visto a necessidade de sobrepor a utilização da expressão *evasão escolar*, pois esconde as perversidades do sistema capitalista sobre as classes populares. Uma compreensão sobre o ficar escolar é oportuno e necessário para nossa realidade, uma vez que precisamos rejeitar o termo “abandono”, pois denota uma forma de fracasso individual, uma falha da pessoa em não estar à altura das exigências da vida acadêmica/escolarizada e a necessária opção desenvolver ações que impactem a permanência estudantil.

E por fim, defendemos que a intervenção de assistente social no ambiente escolar deve ser pautada por uma educação libertadora na qual o reconhecimento e o respeito pela diversidade social, étnico racial, cultural, sexual e de gênero, com leitura crítica das transformações societárias, tende a contribuir efetivamente para enfrentamentos de dilemas da educação no Brasil, rumo a conquista de um “sonho” a efetivação da política educacional como um direito humano e social, que propicie uma formação crítica, afetuosa para todos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **A indústria Cultural**: o esclarecimento como mistificação das massas. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANDRADE, Vinícius de. Estudar pra quê? Os jovens que sonham em virar "influencers". 04 jul. 2024. DW Brasil. Disponível em <
<https://www.dw.com/pt-br/para-que-estudar-os-jovens-que-sonham-em- virar-influencers/a-69555911>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CARMO, Gerson Tavares do; MANHAES, Elane Kreile; COLA, Maria Luiza Terra. Pistas Sobre a Permanência Estudantil: Iniciativas de um núcleo de pesquisa por uma sociologia da permanência na educação a partir de Vicent Tinto. In: **[SYN] THESIS**. Rio de Janeiro, v. 11, p. 54-63, jan/jun, 2018. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CARMO, Gerson Tavares do; OLIVEIRA, Gleice Emerick; e, ALMEIDA, Georgia Maria Manguieira de. Da Inquietação sobre a Abissal Diferença Quantitativa entre as Publicações sobre Permanência e a Evasão Escolar. *In*: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Dos Estudos da Evasão para a Permanência e do Êxito Escolar**: Um giro paradigmático. Campos dos Goytacazes – RJ: Brasil Multicultural, 2018. (pp. 18-44) (Coleção Permanência na Educação).

CARVALHO, Cristiano Costa de; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Um passo à frente e você já não está mais no mesmo lugar: o 'princípio' do trabalho de assistentes sociais na educação básica em estados e municípios brasileiros. *In*. **Revista Serviço Social Em Perspectiva**, 8(Especial), 157–173, 2024. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/7986>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CARVALHO, Cristiano Costa de; VERONEZE, Renato Tadeu. Considerações sobre a práxis no trabalho interventivo do/a assistente social. *In*. **Temporalis**, 23(46), 357–374, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n46p357-374>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CONTENTE.VC. Por que os adolescentes sonham mais em virar influencer e divulgar casa de apostas do que ter uma profissão? 15 ago. 2024. Instagram: @contente.vc. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/C-sCd6Hu98V/?igsh=dzJkc3kyNjVna2Zk/>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS n. 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar – Documento Regional BRASIL: Fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar, 2005.

FREIRE, Ana Maria. Apresentação à Edição da Unesp. *In*: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. (pp. 9-14).

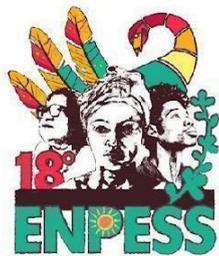
FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora**.: Gestão Democrática da Educação Pública na Cidade de São Paulo. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021 a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021 b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. Organizações e Notas: Ana Maria Araújo Freire. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*/Marilda. 1ª ed. São Paulo, Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social. *In*. COFI/ CFESS. *Atribuições privativas em questão*. Brasília: CFESS, 2002, p.13-50.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. *In*. **Serviço Social e Sociedade**, n. 113, p. 106–130, jan. 2013.

NETTO, Jose Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. *In*: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

RESENDE, José. Dar Conta da Permanência na Escola. *In*: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Dar Conta da Permanência: Da invisibilidade à publicitação de uma pergunta**. Campos dos Goytacazes – RJ: Brasil Multicultural, 2019. (pp. 14-46) (Coleção Permanência na Educação).

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipadoras. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 9–23, 2014. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.9i1.0001. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5298>. Acesso em: 2 ago. 2024.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. *In*. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 12, p. 07–21, maio 1991.

RUMBERGER, R. Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. *In*. **American Educational Research Journal**, v. 32, n. 4, p. 583-625, 1995.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *In*. *Educação Por Escrito*, 8(1), 35–48, 2017. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.24527>

SILVA, Williana Ângelo. **Para além da “Eva viu a Uva”**. O colher e o Semear sobre o caráter político-pedagógico e o trabalho socioeducativo de assistentes sociais. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2024. (291p.) – Tese.

TINTO, Vicent. *Leaving College. Rethinking the causes and cures of student attrition*. Second Edition. The University of Chicago Press; Chicago and Lond. 1993.

VÁZQUEZ. Adolfo, Sánchez. *Ética*. Tradução João Dell Anna. Civilização Brasileira. RJ, 37ª Ed., 2017.